

Integras

A Economia

Os efeitos do desaquecimento em S. Paulo

Estudo preparado pelo secretário da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Osvaldo Palma, e entregue às autoridades federais no dia 4 deste mês, em Brasília

A FIBGE divulgou, semana passada, os índices da produção manufatureira em novembro-81, que condensamos nos quadros anexos e comentamos a seguir.

1. Indústria Manufatureira

No comentário anterior, relativo aos três primeiros trimestres, prevíamos que em 1981 a queda da produção industrial poderia chegar, no Estado de São Paulo, a 7,1% no máximo e, no Brasil, a 5,2%. Baseamos essas previsões no fato de que o desempenho da indústria manufatureira no último trimestre dificilmente seria pior do que fora até então, uma vez que os meses finais do ano geralmente são mais ativos e àquela altura já se prenunciava alguns sinais de estabilização da queda.

Tal não ocorreu, entretanto. De acordo com os últimos levantamentos da FIBGE, a violenta queda da produção, registrada em setembro, repetiu-se em outubro e, outra vez, em novembro. Nos doze meses encerrados em nov-81, comparados com o mesmo período do ano anterior, a produção manufatureira paulista caiu 11,56% e a produção brasileira, 8,49%. A projeção desses resultados para o ano inteiro de 1981 estaria indicando uma retração de cerca de 10% na produção brasileira da indústria de transformação e de pelo menos 12% na indústria paulista.

Os setores responsáveis pela recente aceleração da queda de produção são os mesmos que condicionaram o comportamento negativo da indústria até setembro: bens de capital e bens de consumo durável. De nov-80 a nov-81, segundo os registros do IBGE, a queda na produção de bens duráveis de consumo foi de 23,64% e na produção de bens de capital, 17,17%. Já em novembro, porém, não havia uma só classe de produtos que tivesse registrado taxa positiva de crescimento, como era o caso ainda em setembro. A classe de produtos que menor queda registrou até novembro foi a de bens de consumo não duráveis (-1,44%). Isso se explica pela expansão que tiveram nesse período os seguintes ramos da indústria:

	Brasil	São Paulo
farmacêutico	5,32%	4,96%
perfumaria	1,65%	2,13%
alimentos	0,40%	—
industrializados	1,65%	—
fumo	—	—

em US\$ bilhões	1981		1982		Variação real
	preços 1970	preços 1981	preços 1970	preços 1982	
consumo + investimento	105,33	277,2	108,4	310,0	+2,9%
+ export. bens e serviços	9,46	25,0	10,0	28,6	+5,7%
- import. bens e serviços	9,59	25,3	10,0	28,6	+4,3%
= produto interno bruto	105,20	276,9	108,4	310,0	+3,0%
- renda de não residentes	4,00	10,6	4,4	12,6	+10,0%
= produto nacional bruto	101,20	266,3	104,0	297,4	+2,8%

Esses últimos resultados, entretanto, convém que sejam apreciados com alguma reserva, especialmente os que se referem a São Paulo e ao setor de bens duráveis de consumo. A vivência do comportamento da indústria paulista nos últimos meses de 1981, em confronto com os resultados que agora foram divulgados, nos faz supor que os levantamentos estatísticos da FIBGE talvez estejam sujeitos a algum viés, seja relativo à amostra ou à própria ponderação, que ainda se baseia nos pesos constatados pelo censo econômico de 1970. Aliás, o próprio IBGE deve ter dúvidas a respeito, pois está realizando pesquisas complementares para testar esses resultados. A propósito, convém notar que o indicador do nível de atividade do levantamento estatístico FIESP-CIESP — um indicador razoavelmente comparável com o da produção física do IBGE — registra para jan-nov/81, sobre jan-nov/80, queda acumulada de 8,7% e de 7,6% no período acumulado de doze meses — percentagens bem menores, portanto, que os 11,56% de queda apurados pelo IBGE para a indústria paulista.

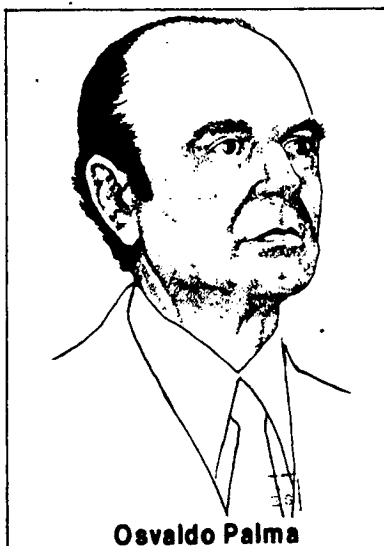
Por conseguinte, enquanto se aguarda a confirmação dos dados finais do IBGE, preferimos manter as nossas estimativas anteriores, mencionadas no outro comentário, sobre o provável resultado da indústria de transformação em 1981: queda de 9,1% em São Paulo e 5,2% no Brasil.

2. Produto Industrial

O crescimento da indústria extrativa mineral, que em São Paulo é de pouca significância, pode ser estimado em +1,5% para o Brasil. A queda do nível de atividade na indústria da construção, avaliada pela variação no consumo de cimento, deve ficar em torno de -3,4%. A indústria de serviços industriais (água, gás e eletricidade) deve ter crescido aproximadamente 2% em São Paulo e 3% no Brasil, não obstante a queda acentuada no consumo industrial de energia elétrica. O produto dessas variações pelos respectivos pesos nos dá as seguintes taxas de redução do produto industrial (extrativa mineral + manufatureira + construção civil + serviços industriais) em 1981: para o Brasil -4,52%; para São Paulo, -7,88%.

3. Produto Interno Bruto

O peso do produto industrial na formação da renda interna é de 0,34 no Brasil e de algo em torno de 0,44 em São Paulo. Considerando-se o crescimento do produto agrícola, já



Osvaldo Palma

analisado no comentário anterior, e do setor terciário, este estimado entre 0% e 1,5%, têm-se as seguintes taxas de variação do PIB em 1981:

PIB brasileiro: entre -0,3 e +0,5%

PIB paulista: entre -2,5% e -3,2%

4. Previsão para 1982

Todas as economias nacionais, não só a nossa, estão passando por uma fase de readaptação e saneamento, sob o impulso da recente experiência norte-americana. A característica dessa nova orientação é a prevalência de altas taxas de juros reais no mercado, quaisquer que sejam as taxas nominais prevalecentes, e os efeitos mais evidentes são o aumento da incerteza e dos riscos, as mudanças no perfil de consumo e o crescimento mais lento do consumo e do investimento não incentivados.

Essas mudanças precisam ser consideradas, ao se fazer o retrospecto da economia ou tentar qualquer previsão. Há pouco mais de um ano, em dez-80, a economia brasileira operava no segmento livre do mercado, com taxas de juros reais negativas de -7,1% a.a., que passaram para 34,6% a.a. positivos em dez-81. Um aumento dos juros reais, em um ano, de mais de 40%, é um aumento brutal, sem dúvida, que cerceia a maior parte das chances de crescimento que a economia poderia ter. Em São Paulo, entre ago-80 e ago-81, a participação das vendas de bens duráveis na venda total de produtos industrializados de consumo passou de 57,2% para 44,2%; queda que se evidenciou também em

PRODUÇÃO FÍSICA — INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
por regiões produtoras e categorias de bens — 1981
(percentagens de variação — mês a mês)

	jan/81	fev/81	mar/81	abr/81	maio/81	jun/81	jul/81	ago/81	set/81	out/81	nov/81
	jan/80	fev/80	mar/80	abr/80	maio/80	jun/80	jul/80	ago/80	set/80	out/80	nov/80
a) por estados e regiões produtoras											
Nordeste	3,15	4,32	5,71	6,51	6,20	5,52	3,96	1,99	-1,25	-2,05	••
Pernambuco	3,75	3,83	4,48	5,03	4,77	3,54	1,51	-0,31	-2,75	-3,15	••
Minas Gerais	9,43	7,76	6,85	6,03	4,53	2,72	1,03	-0,75	-3,17	-5,43	••
Rio de Janeiro	5,08	4,93	3,99	2,62	1,42	-0,02	-1,42	-2,22	-3,05	-2,86	••
São Paulo	7,05	6,18	4,42	4,47	3,11	1,36	-0,85	-2,52	-6,10	-9,23	-11,56
Sul	9,09	8,20	6,83	5,23	3,56	2,28	0,86	0,02	-1,99	-4,12	••
Rio Grande do Sul	7,20	7,22	5,99	4,25	2,94	1,74	0,87	-0,12	-1,94	-4,23	••
Brasil	7,40	6,80	5,54	5,17	3,87	2,43	0,45	-1,09	-4,14	-6,55	-8,49
b) por categoria de bens produzidos											
Bens de capital	5,99	5,84	3,78	5,79	4,43	2,18	-0,46	-3,01	-8,63	-13,28	-17,17
Bens intermediários	8,87	7,55	6,57	5,45	3,90	2,33	0,19	-1,70	-4,51	-6,88	-9,10
Bens de consumo	5,74	5,34	4,19	4,06	3,21	2,32	1,01	0,28	-2,11	-3,79	-4,76
(Total)	9,12	8,38	4,23	5,59	3,20	-0,47	-5,28	-8,57	-14,86	-19,91	-23,64
Duráveis	5,14	4,81	4,18	3,79	3,21	2,81	2,12	1,83	0,13	-0,95	-1,44
Não duráveis	7,40	6,80	5,54	5,17	3,87	2,43	0,45	-1,09	-4,14	-6,55	-8,49

Fonte: FIBGE

INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR GÊNEROS — 12 MESES — 1981
(BASE: ÚLTIMOS DOZE MESES)

Sectores e Gêneros	Até Jan. 81	Até Fev. 81	Até Mar. 81	Até Abr. 81	Até Mai. 81	Até Jun. 81	Até Jul. 81	Até Ago. 81	Até Set. 81	Até Out. 81	Até Nov. 81	Até Dez. 81
Indicador Geral	107,51	106,85	105,59	105,17	103,89	102,47	100,50	98,98	96,00	93,67	91,51	
Extrativa Mineral	111,29	108,45	107,32	105,29	104,38	103,59	102,25	101,51	100,67	101,19		
Ind. Transformação	107,40	106,80	105,54	105,17	103,87	102,43	100,45	98,91	95,86	93,45		
Min. Não Metálicos	106,68	106,09	105,95	105,56	105,02	104,06	102,58	101,19	99,03	97,46		
Metalúrgica	111,80	110,28	108,57	106,95	104,36	101,72	98,43	95,79	92,39	89,28		
Metalúrgica Básica	111,66	109,87	108,36	107,26	104,69	101,94	98,82	95,79	92,80	89,56		
Mecânica	114,37	114,08	111,38	111,36	108,58	105,78	102,05	98,89	94,37	90,27		
Mat. Elétrico e Com.	107,44	107,72	106,04	104,34	102,99	101,26	99,01	97,18	92,67	89,03		
Mat. Transporte	100,52	99,26	95,63	100,27	99,22	96,23	92,63	89,76	83,07	78,19		
Autoveículos	98,88	97,57	92,96	99,32	98,68	95,65	91,68	88,28	80,68	75,08		
Outros Prod. Transp.	106,55	105,48	105,44	103,77	101,19	98,34	96,12	95,18	91,87	89,62		
Papel e Papelão	108,99	107,85	106,42	103,47	101,32	99,48	97,46	95,87	94,30	92,84		
Borracha	108,70	108,52	108,28	107,74	106,79	104,50	102,91	101,23	96,78	93,84		
Química	103,54	102,87	101,78	100,17	98,29	96,69	95,18	94,02	92,50	92,39		
Deriv. Petróleo	95,48	96,51	96,27	95,37	93,84	94,22	93,74	94,08	93,72	95,02		
Outros Prod. Quím.	108,30	106,62	105,04	103,01	100,92	98,15	96,03	93,98	91,78	90,83		
Farmacêutica	113,07	112,92	111,84	112,02	111,55	109,62	109,59	109,97	107,89	106,18		
Prod. Mat. Plásticos	107,91	105,70	105,40	105,93	106,50	106,45	104,25	103,51	101,59	101,08		
Prod. Mat. Plásticos	111,03	109,31	106,30	102,65	98,81	95,33	91,86	89,05	84,78	82,03		
Têxtil	106,37	105,71	105,15	104,42	103,36	102,56	101,22	100,05	97,67	95,40		
Vest. Calç. Art. Tec.	108,20	109,44	109,32	108,67	108,47	107,96	107,20	106,66	104,02	102,18		
Prod. Alimentares	106,80	106,80	106,56	106,84	106,76	107,28	106,26	105,78	103,73	101,43		
Bebidas	102,39	100,44	99,92	97,92	97,66	97,35	96,54	95,85	94,48	94,46		
Fumo	100,23	101,77	101,97	101,89	101,81	103,52	104,88	105,96	104,63	103,62		

Fonte: FIBGE

outras capitais, embora com menor intensidade. Essas são apenas algumas indicações dessas mudanças.

Ainda que não se possa negar a necessidade dessas mudanças, por seus efeitos a prazo mais longo, a curto prazo o impacto negativo sobre o crescimento da demanda global de produtos industriais é muito grande, a não ser nos países, como é o caso do Japão, que têm na exportação uma válvula de escape para, ante o debilitamento da demanda interna, garantir o máximo de crescimento possível. Lá, porém, o peso das exportações na demanda global de bens e serviços é duas vezes o do Brasil.

Essas considerações pretendem deixar claro que a margem de crescimento possível do produto industrial brasileiro em 1982 ainda será muito pequena. Além de outras limi-

tações que ainda vão persistir este ano, teremos uma redução de cerca de US\$ 3,4 bilhões (Cr\$ 540 bilhões) na demanda interna real, correspondente à arrecadação adicional para cobertura do déficit previdenciário, a menos que a política monetária venha a permitir algum afrouxamento na redução da taxa de inflação, o que parece pouco provável.

O primeiro quadro contém a estimativa, já comentada, do provável resultado do PIB brasileiro em 1981 (+ 0,5% sobre 1980) e nossa previsão de crescimento para 1982. De acordo com essa previsão, o crescimento não será de mais de 3%, devendo o PIB chegar a US\$ 310 bilhões este ano, a preços de 1982.

O produto industrial poderá crescer um pouco mais que esses 3%, talvez algo em torno de 4%. Tudo indi-

ca, porém, que a expansão mais lenta da demanda de bens duráveis de consumo continuará ainda este ano refletindo-se no desempenho da indústria paulista. Assim como no ano passado a queda do produto industrial foi mais acentuada em São Paulo, este ano, provavelmente, o crescimento da indústria também será um pouco menor que no resto do País. Ressalva-se a hipótese de que possa haver uma reativação substancial da indústria de construção civil. No atual momento brasileiro a reativação desta indústria é de grande importância, por seus efeitos multiplicadores de renda e emprego sobre outras atividades industriais e por seu alto conteúdo social e político.

OSVALDO PALMA
Secretário de Estado